



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 16/2020, em que é recorrente **Eugénio Miranda da Veiga** e entidade recorrida o **Tribunal de Contas**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 150/2023

(Autos de Amparo 16/2020, Eugénio Miranda da Veiga v. TdC, Inadmissão por não-atributibilidade de condutas ao ato judicial recorrido, não-esgotamento de todos os meios legais de proteção de direitos e por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia)

I. Relatório

1. O Senhor Eugénio Miranda da Veiga, não se conformando com o *Acórdão TdC 1/2020*, veio a este Tribunal interpor recurso de amparo, aduzindo razões que assim podem ser sumarizadas:

1.1. Quanto à admissibilidade que:

1.1.1. Estão preenchidos os requisitos para a admissão do recurso, porque,

1.1.2. Foram esgotadas todas as vias de recurso ordinário permitidas na lei de processo em que a violação ocorreu;

1.1.3. A violação do direito fundamental cujo amparo se requer resulta de ação e omissão do Tribunal de Contas (TdC);

1.1.4. A violação foi expressamente invocada no processo logo que o advogado do ofendido dela tomou conhecimento;

1.1.5. O recurso é interposto no prazo de vinte dias a contar da notificação da decisão, uma vez que nos termos do disposto do artigo 6º da Lei 83/IX/2020, de 4 de abril, os prazos judiciais ficaram suspensos enquanto perdurou a situação excecional provocada pelo Covid-19, sendo certo que teria até ao dia 2 de julho para interpor o recurso de amparo;

1.1.6. Por fim, que teria legitimidade e personalidade jurídica.

1.2. Quanto aos factos, que:

1.2.1. No processo de julgamento das contas de gerência da Câmara Municipal de São Filipe, dos anos 2005 e 2006, ele, ex-presidente dessa Câmara, e mais alguns vereadores, foram condenados a repor aos cofres do respetivo Município a quantia de 2.497.000\$00 por pagamentos efetuados, que foram considerados indevidos;

1.2.2. Pagamentos relacionados à comparticipação de 50% nas receitas municipais pela elaboração de projetos de arquitetura e de cálculo de estabilidade por parte de alguns técnicos do Município;

1.2.3. O *Acórdão 12/2015, de 26 de março*, foi prolatado 10 e 9 anos respetivamente após os termos da gerência das contas de 2005 e 2006;

1.2.4. Inconformado com essa decisão apresentou o recurso que veio a ser julgado improcedente por meio do *Acórdão TdC 2/2019, de 13 de junho*;

1.2.5. Impugnou essa decisão perante o Plenário do Tribunal de Contas, dentre outras, alegando a prescrição do procedimento judicial de determinação da responsabilidade financeira e a contradição da decisão contida no *Acórdão 2/2019* com outras decisões do mesmo órgão tomadas no seio da mesma legislação e de factos semelhantes, consubstanciados no ato de homologação dos relatórios das contas de gerência dos anos 2009 e 2010 da mesma Câmara Municipal;

1.2.6. O Tribunal de Contas homologou sem reversas as contas de gerência de 2009 e 2010 e se homologar significa aprovar, confirmar, legitimar, não restam dúvidas

que ele considerou válida a conduta em causa, ou seja, que o comportamento da Câmara era justificável face ao contexto e às explicações dadas;

1.2.7. Somente este argumento referente à homologação seria suficiente para se admitir o recurso caso a invocação da prescrição não bastasse;

1.2.8. O recurso para o Plenário do TdC foi indeferido e que desse despacho reclamou, mas desatendeu-se à reclamação e confirmou-se a decisão recorrida;

1.3. Quanto ao direito,

1.3.1. Tece considerações doutrinárias, junta dispositivos legais aplicáveis ao instituto da prescrição e cita decisão do STJ Português, realçando questões ligadas à obrigatoriedade do conhecimento da prescrição por parte do tribunal recorrido, por se tratar de matéria sancionatória da competência do TdC;

1.3.2. Diz que, no dia 26 de março de 2015, quando as contas de gerência referentes aos anos 2005 e 2006 foram julgadas já haviam decorrido mais de 10 e 9 anos respetivamente, na medida em que o ano de gerência corresponde ao ano civil;

1.3.3. Entende que os juízes sabiam que estavam a julgar as contas de gerência dos anos 2005 e 2006 e que sabiam ou deviam saber que o procedimento judicial relativamente às mesmas já estava prescrito nos termos do número 1 do artigo 39 do Regimento do Tribunal. Ademais, sabiam ou deviam saber que houve prescrição da responsabilidade financeira e os seus efeitos sobre a posição processual dos agentes e, por último, que sabiam ou deviam saber que a prescrição é de conhecimento oficioso;

1.3.4. Acrescenta que o advogado por si constituído, que veio a intervir na fase recursal, alegou a prescrição;

1.3.5. Pelo que o acórdão proferido nessas circunstâncias é nulo e de nenhum efeito, por força do disposto na alínea d) do número 1 do artigo 577 do CPC;

1.3.6. Diz que tudo o que alega a respeito da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira significaria, de forma clara, que o

princípio do Estado de Direito Democrático, na sua dimensão do princípio da segurança e do princípio da proteção da confiança, foi violado por omissão do tribunal recorrido, que tinha o dever funcional e constitucional de o proteger;

1.3.7. Depois de tecer algumas considerações sobre o princípio da legalidade, assevera que o TdC, ao não tomar conhecimento da prescrição nos exatos termos em que obriga a lei, violou este subprincípio corolário do princípio do estado de direito;

1.3.8. Acresce ainda que o TdC ao não tomar conhecimento oficioso da prescrição como devia – supostamente – violou também o seu direito de obter tutela de um direito ou interesse legalmente protegido, no caso concreto, o direito de não ser perseguido judicialmente por factos já prescritos cujo efeito necessário é a extinção da sua responsabilidade financeira;

1.3.9. Diz também que o mesmo direito foi violado pela alegação do órgão recorrido de que não existem decisões contraditórias sobre os mesmos factos no domínio da mesma legislação, pois que ao homologar sem reserva os relatórios das contas de gerência dos anos 2009 e 2010, o TdC tomou decisões contraditórias;

1.4. Quanto ao incidente de suspensão ou de fixação de caução diz que:

1.4.1. A execução do acórdão em tela e o consequente pagamento imediato do montante de 2.497.000\$00 ao Município de São Filipe representaria um pesado encargo que o recorrente sozinho ou em responsabilidade solidária não tem condições de satisfazer nem em tempos normais e muito menos em momento de crise [referindo-se aos efeitos da pandemia do Sars-Cov2].

1.4.2. A sua única fonte de rendimento é a pensão de reforma que auferir no valor [seria mensal] de 130.000\$00;

1.4.3. Tem filhos a estudar no exterior;

1.4.4. Tem compromissos bancários a pagar mensalmente;

1.4.5. Além disso, não poderá correr o risco de ver os seus bens fiscalmente executados por conta de pagamento desse montante pois isso representaria um prejuízo irreparável ou dificilmente reparável, pois ainda que o Estado lhe viesse a indenizar, esta apenas teria o efeito de compensar (nunca repor) a dor e o sofrimento causados;

1.4.6. Ao contrário do que aconteceria ao recorrente é manifesto que a suspensão não prejudicaria em nada o interesse público ou os “direitos” do Município de São Filipe;

1.4.7. Pelo que pede que se declare a suspensão do ato recorrido ou, se assim não se entendesse, que se declare o efeito suspensivo do presente recurso mediante prestação de caução, nos termos do “artigo 108 da LOFT[C?]”, cujo montante não ultrapasse o razoável, considerando os modestos recursos do recorrente.

1.5. Nas suas conclusões, retoma a questão do não conhecimento oficioso da prescrição e volta a tecer considerações sobre admissibilidade do recurso.

1.6. Pede que seja declarada a suspensão do ato recorrido, seja declarada a inconstitucionalidade e ilegalidade da atuação do TdC e, em consequência, anulado o ato recorrido e declarada prescrita a responsabilidade financeira do recorrente e extensivamente de todos os restantes vereadores ao tempo da CMSF.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Tratando-se de recurso proferido em processo jurisdicional do Tribunal de Contas, parece aplicar-se, por interpretação extensiva, o disposto no artigo 3 da Lei do Amparo.

2.2. Elenca o conjunto de direitos e de princípios constitucionais que o recorrente entende terem sido violados.

2.3. Diz que da decisão do TdC adotada no Plenário não seria possível interpor recurso ordinário, nos termos da lei de processo em causa.

2.4. “Assim e porque a decisão se mostra suficientemente fundamentada e não consta de que tenha sido rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual, sendo tempestivo e tendo o recorrente legitimidade, parecem estar preenchidos os demais pressupostos para a admissibilidade do recurso de amparo constitucional apresentado”

2.5. Concluindo que do exposto, “somos de parecer que o recurso de amparo constitucional está em condições de ser admitido”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 1 de fevereiro de 2023, a mesma não pôde ser realizada porque ao tomar conhecimento do objeto do recurso, o Venerando JC Pinto Semedo declarou-se impedido por motivos que arrolou na peça de f. 112 e ss, através de despacho que transitou em julgado. Ficou o julgamento suspenso a aguardar a recomposição do Tribunal, que ocorreu com a eleição dos juízes-substitutos pela *Resolução N. 107/X/2023, de 27 de abril*, publicada no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 27 de abril de 2023, p. 1123, e subsequente tomada de posse no passado dia 14 de junho. Remarcado para o dia 12 de julho, compôs a conferência o Eminente JCS Evandro Rocha, depois de para tanto ter sido sorteado,

3.1. Nesta data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes que compuseram o painel e do Senhor Secretário do TC;

3.2. Dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela

Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos

direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através

das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Não obstante as conclusões se mostrarem excessivamente sintéticas e não recuperarem de forma satisfatória a essência do que alegou, a peça está bem estruturada internamente e mostra-se inteligível, permitindo ao Tribunal identificar claramente as alegações, pretensões e fundamentos articulados pelo recorrente.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4. Sendo assim, todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Tribunal ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. No essencial consegue-se depreender de forma clara as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido

violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque destaca que:

3.1. A peça refere-se às seguintes questões:

3.1.1. A alegada contradição entre a decisão vertida no *Acórdão TdC 2/2019* e outras decisões do mesmo tribunal sobre factos semelhantes, designadamente na homologação dos relatórios de contas de gerência dos anos de 2009 e 2010 da Câmara Municipal de São Filipe;

3.1.2. Ao não conhecimento oficioso e não declaração da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo *Acórdão TdC 02/2019*;

3.1.3. Ao não conhecimento oficioso e não declaração da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo *Acórdão TdC 1/2020*;

3.1.4. À não-admissão do seu recurso pelo TdC através do *Acórdão 1/2020*; as quais,

3.2. Violariam os seus direitos de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva e os princípios do Estado de Direito Democrático: da segurança; da proteção da confiança; e da legalidade;

3.3. E justificariam a concessão de amparo constitucional de que seja declarada a suspensão do ato recorrido, declarada a inconstitucionalidade e ilegalidade da atuação do TdC e, em consequência, anulado o ato recorrido e declarada prescrita a responsabilidade financeira do recorrente e extensivamente de todos os restantes vereadores ao tempo da CMSF.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria,

considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arroga ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, já que condenado a repor aos cofres do Município de São Filipe a quantia de 2.497.000\$00 por decisão do TdC, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e, por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, existe um lapso temporal assinalável entre a data da notificação do *Acórdão TdC 1/2020*, ocorrida no dia 4 de março de 2020 e o dia em se protocolou o recurso de amparo na Secretaria do Tribunal Constitucional, dia 29 de junho do mesmo ano;

4.3.2. Todavia, como o próprio recorrente alerta na sua douda peça, houve uma suspensão dos prazos judiciais nesse período, motivada pela situação excecional provocada pelo SARS-CoV-2. Assim, tendo em conta que a *Lei nº 83/IX/2020, de 4 de abril*, mandou aplicar o regime das férias judiciais aos prazos judiciais durante a situação excecional provocada pelo Covid-19, e que o último dia do prazo aconteceria na vigência dessa lei, o recurso é tempestivo, posto que apresentado no dia de revogação dessa norma pela *Lei nº 92/IX/2020, de 29 de junho*.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um*

processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2023, pp. 1618-1653, 3.2, e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, ao dizer nas suas conclusões de recurso que “o Acórdão N. 1/2020 do TC, bem como os anteriores, ao não conhecer da prescrição a que estava oficiosamente obrigado e ao não admitir o recurso para o fazer viola de forma inadmissível os direitos fundamentais do Requerente”, impugna as seguintes condutas:

5.1.1. O não conhecimento da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo *Acórdão TdC 12/2015*;

5.1.2. O não conhecimento da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo *Acórdão TdC 02/2019*;

5.1.3. O não conhecimento da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo *Acórdão TdC 1/2020*;

5.1.4. A não-admissão do seu recurso pelo TdC, através do *Acórdão 1/2020*;

5.1.5. Porém, a conduta que impugna em 5.1.1. estando sujeita a recurso ordinário, não pode fazer parte do objeto deste amparo, na medida em que, por si só, não seria passível de ser desafiada diretamente, porque a sua impugnação sempre pressuporia a intervenção de outros órgãos do duto tribunal. Seriam as condutas praticadas por estas entidades do órgão judicial em causa, é que poderiam ser sindicadas em sede de recurso de amparo, na medida em que não-recorríveis. Somente mantêm-se estas em apreciação.

6. Ademais, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica

dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso concreto, o recorrente invoca alguns direitos de sua titularidade que por serem direitos de proteção judiciária, são passíveis de serem amparados. Todavia, indica vários princípios objetivos do sistema constitucional sem que a peça tenha que logrado indicar o modo como a sua eventual desconsideração pode atingir direitos subjetivos de titularidade do recorrente.

6.1.1. Contudo, porque pelo menos dois dos parâmetros invocados são direitos amparáveis, nomeadamente o direito de acesso à justiça e o direito à tutela jurisdicional efetiva, dá-se por preenchida essa exigência formal incontornável;

6.1.2. Pela sua natureza de direitos análogos, dúvidas não persistirão de que são direitos amparáveis;

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Aqui parece evidente que a conduta identificada no parágrafo 5.1.3 desta decisão não é atribuível ao ato judicial recorrido, neste caso o *Acórdão 1/2020*. Porque, na verdade, em relação à questão impugnada não se pode dizer que o Tribunal não a conhece. Conheceu-a, como resulta evidente do que diz na parte final desse aresto ao partir de um duplo fundamento de que não houve contradição de interpretações quanto à questão essencial de direito e por inexistir o recurso de uniformização de jurisprudência para concluir que “fica prejudicada a análise das demais questões suscitadas pelo reclamante, nomeadamente em relação ao ponto iv), a alegada prescrição de responsabilidade financeira reintegratória imputada aos responsáveis, pois que nada tem

que ver com a questão colocada de oposição de jurisprudência do Tribunal, não devendo ser tratado num recurso de uniformização de jurisprudência”. Por conseguinte, não se omitiu no sentido estrito de não a conhecer, em jeito de omissão de pronúncia, como terá eventualmente sido o caso do *Acórdão 02/2019*. Considerou, outrossim, que a sua análise no mérito terá ficado prejudicada pelo facto de o recorrente ter utilizado uma espécie recursal que não teria o condão de legitimar e desencadear a apreciação substantiva da questão.

6.2.2. Por esta razão, esta impugnação sempre estaria dependente do mérito da imputação de violação ao mesmo ato judicial por não ter admitido o recurso protocolado pelo recorrente;

6.2.3. Destarte, somente esta conduta, nos termos como foi articulada no parágrafo 5.1.4. desta decisão e a omissão de conhecimento da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo *Acórdão TdC 02/2019*, podem continuar a ser avaliados para efeitos de eventual admissibilidade.

7. Um pedido de amparo constitucional de que seja declarada a suspensão do ato recorrido, declarada a inconstitucionalidade e ilegalidade da atuação do TdC e, em consequência, anulado o ato recorrido e declarada prescrita a responsabilidade financeira do recorrente e extensivamente de todos os restantes vereadores ao tempo da CMSF não é nada congruente com a Lei do Amparo. Primeiro, por pedir a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da atuação do órgão recorrido que não podem fazer parte do objeto de um recurso de amparo; segundo, por pedir que o Tribunal declare a prescrição de sua responsabilidade financeira que não parece fazer parte das atribuições desta Corte e, terceiro, por pedir que isso seja declarado inclusive em benefício de outras pessoas, então vereadoras na CMSF. Assim, na hipótese de o recurso ser admitido a trâmite, o que se decidirá adiante, teria, mais uma vez, de ser o próprio Tribunal a ajustar o amparo a conceder ao recorrente caso meritórias as suas alegações.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Neste caso, sendo certo que descumpriu o ónus de suscitar as putativas violações ocorridas logo que delas tomou conhecimento antes da prolação do Acórdão 02/2019, em relação às duas que ainda se mantêm em apreciação, não se pode dizer que o deixou de fazer.

8.1.2. Em relação à suposta omissão de conhecimento da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo Acórdão TdC 02/2019, que, conforme f. 47 v. dos autos do processo principal chegou-lhe ao conhecimento no dia 9 de agosto de 2019, fê-lo, quando, através de advogado, entretanto mandatado, interpôs o que designou de um recurso extraordinário de uniformização de jurisprudência;

8.1.3. E, em relação à não-admissão do seu “recurso de uniformização de jurisprudência” pelo TdC, através do *Acórdão 1/2020*, do qual foi notificado no dia 11 de março de 2020, quando protocolou o presente recurso de amparo à data de 29 de junho do mesmo ano.

8.1.4. Se outras diligências processuais não se mostravam necessárias antes dessas iniciativas do recorrente é questão que se enfrentará mais adiante e decisivamente.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ela pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, neste caso por motivos evidentes, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão

de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. E, com efeito, no respeitante à conduta omissiva de não se ter conhecimento da prescrição do procedimento judicial de determinação da sua responsabilidade financeira pelo *Acórdão TdC 02/2019*, não se verifica o esgotamento das vias legais de proteção em razão da não-exploração adequada dos meios previstos pela lei processual em causa. Porque, de facto, da leitura deste douto aresto não se identifica qualquer pronunciamento relativo à prescrição, portanto nem sequer a tratando como uma questão prévia e prejudicial. Sendo assim, esta omissão era passível de se constituir no fundamento para se arguir a nulidade dessa decisão judicial. Mas não através da interposição de um recurso de uniformização de jurisprudência nos termos do artigo 112 da Lei do Tribunal de Contas, haja em vista que é, no mínimo, duvidoso que se esteja perante qualquer espécie de figura recursal autónoma neste caso, como se discutirá adiante, e, sobretudo, porque, mesmo que se se estivesse, a disposição remete para situações de divergência jurisprudencial efetiva ou prospetiva, que, pelo menos em relação a questão da prescrição, não se alegou. A respeito da questão da prescrição, o que o recorrente deveria ter explorado era, à luz do artigo 577, parágrafo primeiro, alínea d) segmento inicial, do CPC, aplicável *ex vi* o artigo 88, alínea a) de Organização, Competência, Processo e Funcionamento do Tribunal de Contas, confrontar a própria 3ª Secção do TdC com uma reclamação por omissão em se pronunciar sobre questão que, no entendimento do recorrente, de ofício e independentemente de qualquer alegação ou pedido, deveria conhecer. Por conseguinte, este Coletivo entende que em relação a esta conduta o recorrente não esgotou todas as vias legais de proteção de direitos antes de pedir amparo ao Tribunal Constitucional.

8.2.3. Situação diferente é a da não-admissão do recurso que o recorrente designou de uniformização de jurisprudência pelo TdC, através do *Acórdão 1/2020*, por motivos evidentes da decisão do Plenário do TdC já não cabia nenhum recurso ordinário e ainda

que se se pudesse congeminar a possibilidade de se suscitar algum incidente pós-decisório de arguição de nulidade ou de reforma de acórdão, o facto é que considerar que houve omissão de pronúncia ou de consideração de documento pelo Plenário Egrégio TdC seria excessivamente forçado, na medida em que em relação à conduta concreta em apreciação, o órgão judicial recorrido pronunciou-se sobre ela, simplesmente considerando que a questão não foi colocada através de meio de impugnação idóneo. Nesta conformidade, se se pode concluir no sentido de que também se encontra preenchido o pressuposto do esgotamento das vias legais de proteção de direitos em relação a esta conduta, o facto de não ter reagido perante o entendimento do Plenário do TdC quanto ao não-conhecimento da questão da prescrição, pode ser relevante para a determinação do cumprimento da exigência de formulação de pedido de reparação dirigido ao órgão judicial ao qual se imputa a vulneração de direitos, liberdades e garantias;

8.3. Com efeito, dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, considerado que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, tendo considerado que a partir deste aresto o Tribunal tem avaliado o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o

amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

8.3.1. Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.3.2. Neste caso concreto, o que se observa é que, em relação à única conduta ainda em apreciação, o recorrente, colocado perante a não admissão do requerimento que designou de uniformização de jurisprudência com fundamento na inidoneidade do suposto meio de impugnação utilizado, deveria ter antecedido a interposição do presente recurso de amparo da colocação de um pedido de reparação por possível violação do direito de acesso à justiça e do direito à tutela jurisdicional efetiva. Assim, confrontando o órgão judicial recorrido com a possibilidade de ter violado os direitos de titularidade do recorrente, o que permitiria que ele próprio apreciasse a alegação e tivesse a oportunidade de a remediar admitindo o seu recurso ou pronunciando-se sobre a alegação de prescrição do procedimento judicial de responsabilidade financeira. Está longe de o ter feito nestes termos. Apenas se verificando que confrontado com despacho de indeferimento liminar desse recurso prolatado pelo Ilustre JCR dirigiu reclamação ao Tribunal articulando duntas razões para tanto. Não chega a mencionar a violação de direitos nem a argumentação jusfundamental que mais tarde trouxe a este Tribunal. Por conseguinte, é somente com grande benevolência que se pode admitir que a reclamação dirigida ao Plenário pode dispensar um pedido sucessivo de reparação nos termos do artigo 3º, paragrafo segundo, alínea c) da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

9. Sendo assim, dá-se, *in extremis*, por preenchidos todos os pressupostos de admissibilidade em relação a apenas uma conduta: o facto de o TdC, através do Acórdão 1/2020, não ter admitido o recurso que o recorrente designou de uniformização de jurisprudência pelo TdC. O que não significa que se tenha de admitir esta súplica de amparo. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*: as de manifestamente não haver violação de direito, liberdade e garantia e de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado.

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido.

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão*

23/2019, de 27 de junho, *Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p.1232-1236, e); pelo Acórdão 24/2019, de 4 de julho, *Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, p. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, *Ramiro Rodrigues v. TRB*, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, *Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683).

9.1.4. Já no Acórdão 12/2022, de 8 de março, *António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no Acórdão 27/2022, de 24 de junho, *Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia.

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornado inócuo qualquer juízo subsequente.

9.1.6. Neste caso concreto, mesmo que se aceite que haja alguma fundamentalidade nas alegações apresentadas pelo recorrente e que não se pode concluir pela ausência de conexão entre os factos e os direitos invocados, o facto é que a única conduta cognoscível não tem a mínima viabilidade;

9.2. E, por uma razão muito simples: a impugnação incide sobre a não-admissão de um recurso inexistente, na medida em que a previsão do artigo 112 da Lei do Tribunal de Contas não parece prever qualquer recurso de uniformização de jurisprudência ao estabelecer que “1. Se do projeto do acórdão distribuído pelo relator ou no decorrer dos debates da conferência da 3ª Secção se puder inferir que o Tribunal vai pronunciar-se em sentido contrário ao seu acórdão anterior transitado em julgado, relativamente à mesma questão de direito, proferida no domínio da mesma legislação, pode o Presidente determinar que o julgamento se faça em plenário para assegurar a uniformidade e a harmonização da jurisprudência; 2. O julgamento pelo plenário pode resultar da iniciativa do Ministério Público, do relator, dos adjuntos ou do recorrente. 3. Ao julgamento em plenário aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 640 do [CPC]”.

9.2.1. Por conseguinte, o que se prevê nesta disposição é simplesmente a possibilidade de o julgamento poder ser realizado em plenário caso as circunstâncias tipificadas pela lei estejam reunidas, que é corroborado com a remissão expressa ao artigo 640 do CPC, que também não prevê qualquer recurso extraordinário, mas simplesmente consagra a possibilidade de o julgamento ser feito pelo plenário do STJ, remetendo simplesmente a um julgamento com composição integral do órgão judicial em causa.

9.2.2. Naturalmente, não é necessário ao Tribunal Constitucional responder a esta questão porque o facto é que não se consegue vislumbrar da norma a previsão de qualquer recurso previsto para efeitos uniformização de jurisprudência;

9.2.3. A verdade é que o julgamento foi realizado pela 3ª Secção, não se suscitando a necessidade de se o fazer em plenário, uma opção que sempre seria legítima face à lei, na medida em que esta insere uma mera possibilidade ao utilizar a expressão “pode o Presidente”;

9.2.4. Nesta conformidade, para que alguma posição jurídica do recorrente emergisse do quadro fático descrito seria necessário, no mínimo, que, nos termos do número 2 dessa disposição, ele tivesse tido a iniciativa – não satisfeita – de antes da realização do julgamento requerer, com fundamento nas suas alegações de oposição jurisprudencial, que o julgamento se realizasse em plenário. Da análise da peça de f. 11 subscrita de punho próprio pelo recorrente não consta tal pedido, não se tendo identificado qualquer peça em que se o tenha requerido;

9.2.5. Considerando estas razões, a pretensão do recorrente não tem a mínima viabilidade, podendo o Tribunal Constitucional atestar desde já que se trata de situação em que manifestamente não há violação de direito, liberdade e garantia. Como tal, conducente à inutilidade de se levar este recurso, circunscrito a essa conduta, para a fase de mérito.

10. O recorrente pede adicionalmente que o TC decrete medida provisória de suspensão de executoriedade do ato ou de atribuição de efeito suspensivo ao recurso mediante prestação de caução.

10.1. Contudo, a este respeito, o Tribunal já havia fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Baptista Delgado v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, p. 509-511, II.).

10.2. A mesma orientação foi adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Semedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de*

abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, *Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III.

10.3. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória, o qual, em tais casos, deve ser, sem mais, liminarmente rejeitado.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negar a concessão de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 04 de setembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

Evandro Tancredo Rocha

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 04 de setembro de 2023.

O Secretário,

João Borges